



SUMÁRIO

ATESTADO ADMINISTRATIVO - DPT	1
DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES - DPT	10

ATESTADO ADMINISTRATIVO - DPT

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1928388 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08755.002097/2019-92	87/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
JOSE GERALDO RIVA JUNIOR		981.946.661-04	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA DAS MARGARIDAS, S/N, FLORAIS, CUIABÁ		78049-410	MT
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA CUMARU	COLNIZA	MT	2.000,00
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE COLNIZA		COLNIZA	MT
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
1.196	2	01	15/05/2015
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
SARA CRISTINA CARVALHO DE SOUSA		ENGENHEIRA FLORESTAL	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
MT039674		3133053	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de



manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.

5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor(a)

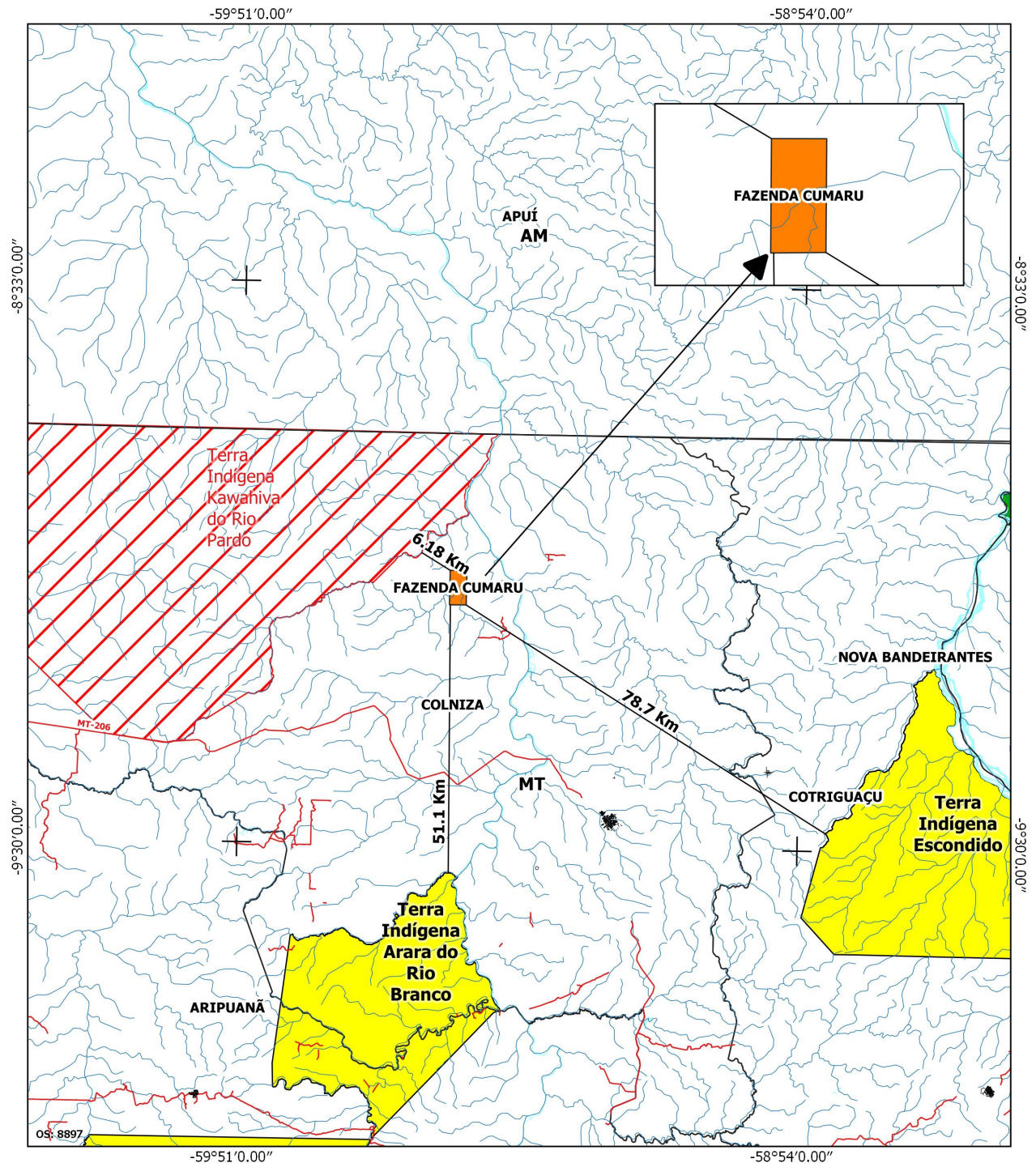
MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



Brasília, 12 de fevereiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 29 - p. 3



Legenda

- Terra Indígena em Estudo
- Terra Indígena
 - Delimitada
 - Homologada
 - Reserva Indígena
 - Restrição de Uso
 - Regularizada
 - Declarada
- Área ou Imóvel
- Limite Internacional
- Limite Municipal
- Limite Estadual
- Sede do município
- Massa D'Água
- Hidrografia
- Rodovia
 - Federal
 - Estadual

Observações:

- 1 - Este Documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.
- 2 - Informamos que o referido imóvel encontra-se distante cerca de 6.18 km da Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo, área indígena mais próxima.

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica: FUNAI - Terras Indígenas / ANA - Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT		
DENOMINAÇÃO: FAZENDA CUMARU		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA N° 979/19
INTERESSADO: JOSÉ GERALDO RIVA JÚNIOR		Documento Referência: 08755.002097/2019-92
MUNICÍPIO / UF: COLNIZA / MT		ESCALA: 1:830000
DESENHO EM	CONFERIDO EM	CONFERIDO EM
Mariana Santos Cardoso	JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / COGEO / DPT	JOSÉ ANTONIO DE SA COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO COCART / COGEO / DPT



Brasília, 12 de fevereiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 29 - p. 4

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1928957 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08755.000197/2015-51	90/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
VALDIR HEINZEN		270.082-312-53	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RODOVIA 387, KM-02, SETOR INDUSTRIAL, ESPIGÃO D'OSTE		76.973-000	RO
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA FONTE VIVA II	ARIPUANÃ	RO	2.444,5797
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
1º OFÍCIO DE ARIPUANÃ		ARIPUANÃ	MT
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
1956	02	01 E 02	08/08/2011
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
GABRIEL DIONÍSIO MANCILLA		ENGENHEIRA AGRÔNOMO	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
MT Nº 08267/VD		27F-0011060	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: "São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé".

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor(a)

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



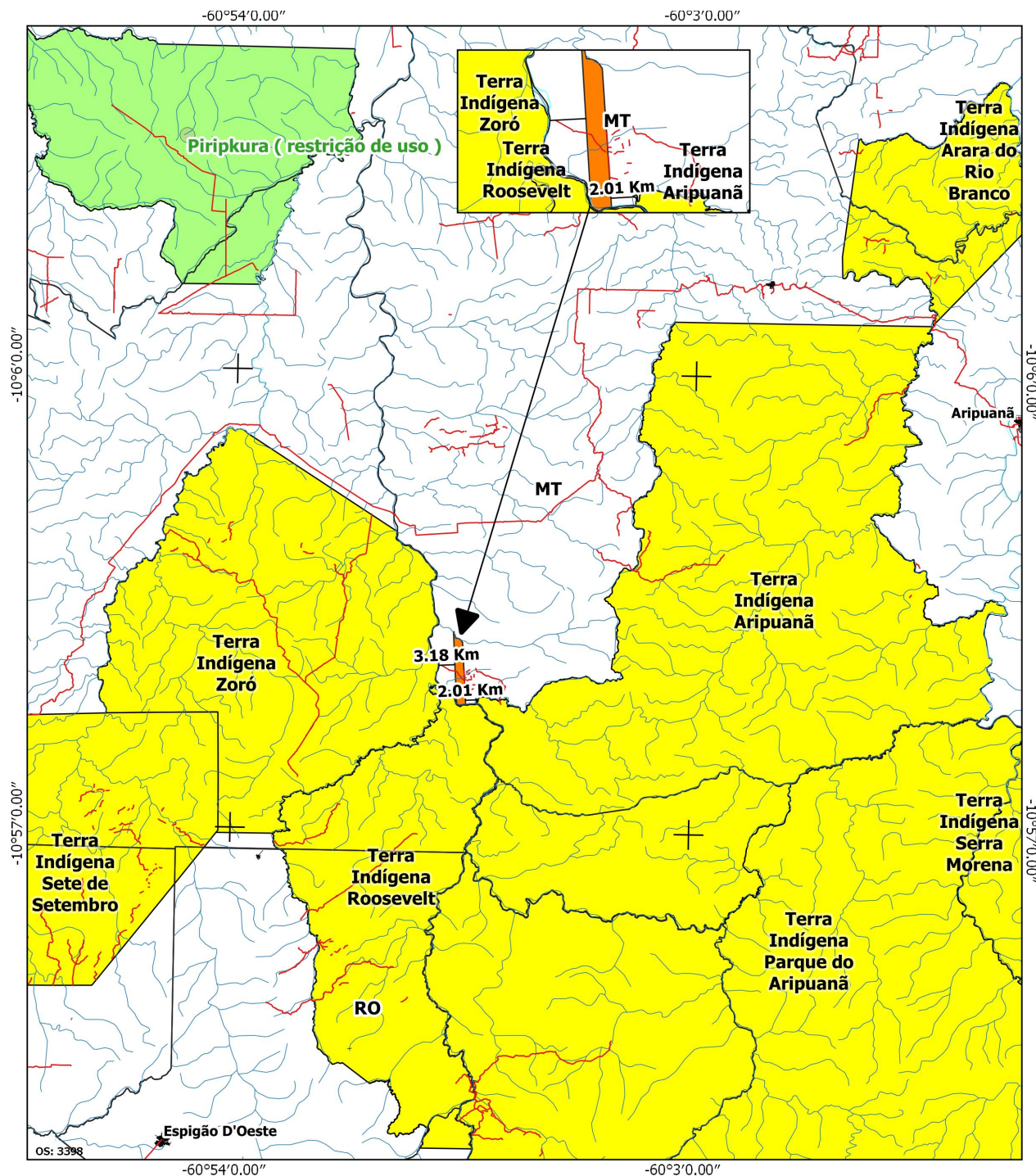
BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 12 de fevereiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 29 - p. 5



Legenda

- Terra Indígena em Estudo
- Terra Indígena
 - Delimitada
 - Homologada
 - Reserva Indígena
 - Restrição de Uso
 - Regularizada
 - Declarada
 - Área ou Imóvel
- Limite Internacional
- Limite Municipal
- Limite Estadual
- Sede do município
- Massa D'Água
- Hidrografia
- Rodovia
 - Federal
 - Estadual
- Distância

Observações:
1 - Este Documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.
2 - Rio Roosevelt faz limite natural entre o referido imóvel e a Terra Indígena Roosevelt.

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica : FUNAI - Terras Indígenas / ANA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

		MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT	
DENOMINAÇÃO: Fazenda Fonte Viva II		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA N° 1089/19	
INTERESSADO: VALDIR HEINZEN		Documento Referência: 08755.000197/2015-51	
MUNICÍPIO / UF: Aripuanã / MT		ESCALA: 1:901675	
DESENHO EM _____	CONFERIDO EM _____	CONFERIDO EM _____	
Mariana Santos Cardoso	JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / COGEE / DPT	JOSE ANTONIO DE SA COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO CGERA / PR N° 15.435/D	

Os atos aqui publicados têm validade jurídica na forma do disposto no Decreto nº 96.496, de 12 de agosto de 1988, ressalvados aqueles de publicação obrigatória no Diário Oficial da União, e deverão ser registrados e cumpridos independentemente de qualquer comunicação ou expediente complementar.



Brasília, 12 de fevereiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 29 - p. 6

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1929147 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08749.000069/2018-39	91/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
CHRISTIANE ARAÚJO SILVA		909.594.262-72	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
FAZENDA DEUS É FIEL III, CAROEBE		69378-000	RR
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA DEUS É FIEL III	COROEBE	RR	1.194,5889
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
-		-	-
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO EMITIDA PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM RORAIMA	-	-	13/01/2009
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
ANÁRIO DE OLIVEIRA FILHO		ENGENHEIRO CIVIL	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
0694-D/RR		RR20150006190	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: "São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé".

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor(a)

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



BOLETIM DE SERVIÇO

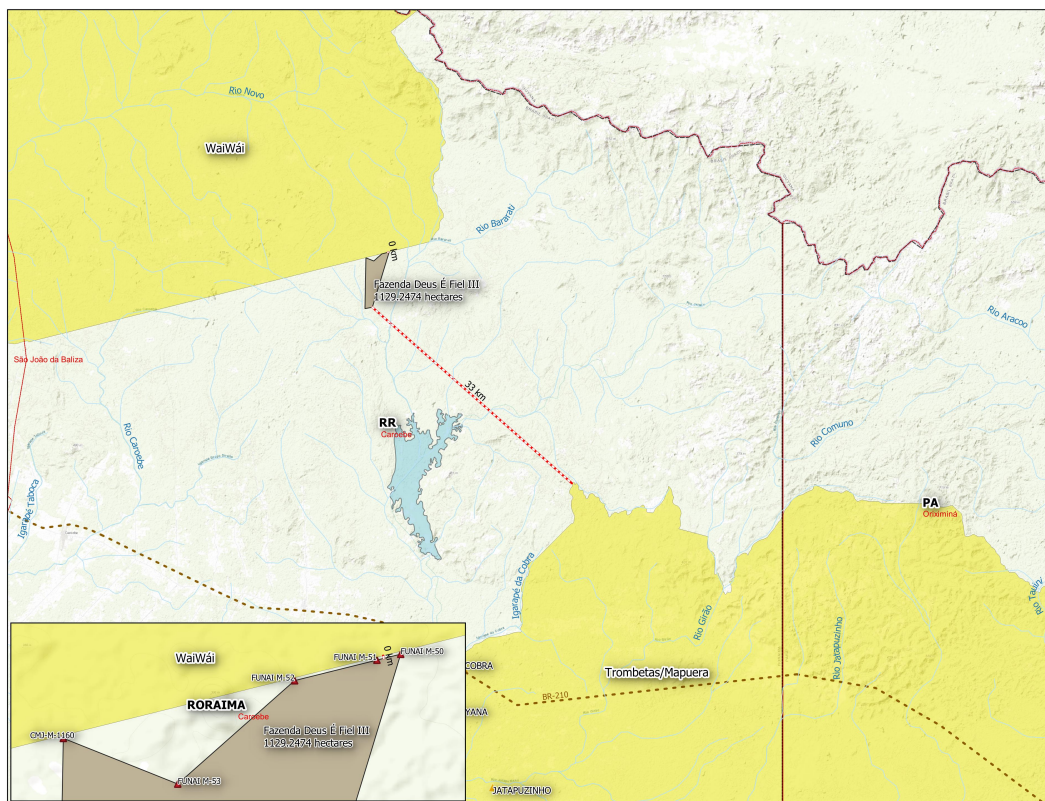
Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

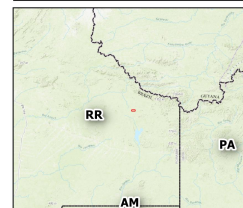
Brasília, 12 de fevereiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 29 - p. 7

ANÁLISE CARTOGRÁFICA - 758/18



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL
Coordenação Geral de Geoprocessamento
Coordenação de Cartografia



LEGENDA

Empreendimento	Terras Indígenas
▲ Vértices	■ Declarada
■ Fazenda Deus É Fiel	■ Delimitada
--- Distância TI's	■ Encaminhada RI
Base Cartográfica	■ Homologada
ANA - Hidrografia	■ Regularizada
ANA - Massa D'Água	■ Em Estudo
--- DNIT - Rodovias	▲ FUNAI - Aldeias
--- IBGE - Malha Municipal	● TI em Estudo
--- IBGE - Estados	

Denominação: Fazenda Deus É Fiel III, localizados no município de Carobé, em nome do interessado, Cristiane Araújo Silva

Processo: 08749.000069/2018-39
Analista: João Carlos Figueiredo
OS: 7407

Observações 1 - Este documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/20012 - Datum SIRGAS 20003 - Base Cartográfica: Funai - Terras Indígenas / ANA - Hidrografia, Oribacias / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

Escala	Localização:
1:400000	1:3482893



Brasília, 12 de fevereiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 29 - p. 8

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1928650 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08755.002280/2019-98	88/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
CHAPADA GRÃOS COM IMP EXP LTDA		07.331.294/0001-83	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
ESTRADA FEDERAL BR 285, 134, CASA, DISTRITO DE CHAPADA, VACARIA		95200-000	RS
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA OESTE G	COMODORO	MT	1.443,3535
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
1º SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE COMODORO		COMODORO	MT
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
11.336	002	001	02/04/2019
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
ROBERVANE DE OLIVEIRA COSTA		ENGENHEIRO FLORESTAL	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
1207681113/MT		-	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: "São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé".

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

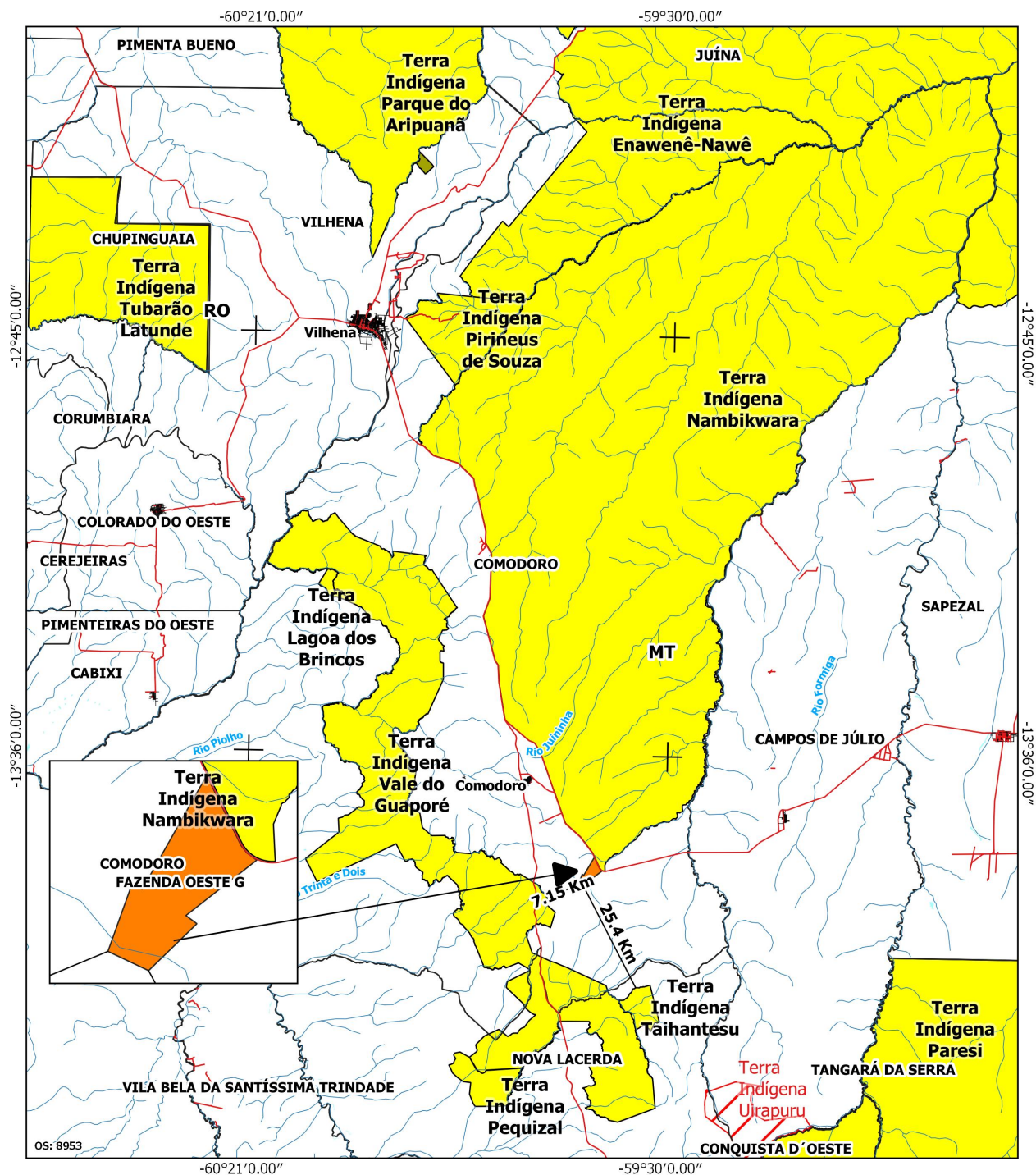
Diretor(a)

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA
















Presidente

Brasília, 12 de fevereiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 29 - p. 9



Legenda

- Terra Indígena**
-  Terra Indígena em Estudo
 -  Delimitada
 -  Homologada
 -  Reserva Indígena
 -  Restrição de Uso
 -  Regularizada
 -  Declarada
 - Distância
 -  Área ou Imóvel
- Legenda**
-  Limite Internacional
 -  Limite Municipal
 -  Limite Estadual
 -  Sede do município
 -  Massa D'Água
 -  Hidrografia
 - Rodovia**
 -  Federal
 - Estadual

Observações:

1 - Este Documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica : FUNAI - Terras Indígenas / ANA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

 <p style="margin: 0;">MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</p> <p style="margin: 0;">FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI</p> <p style="margin: 0;">DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT</p>	
DENOMINAÇÃO: <div style="text-align: center; padding: 10px;">FAZENDA OESTE G</div>	INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA N° 1050 / 15
INTERESSADO: <div style="text-align: center; padding: 10px;">CHAPADA GRÃOS COM IMP EXP LTDA</div>	Documento Referência: <div style="text-align: center; padding: 10px;">08755.002280/2019-98</div>
MUNICÍPIO / UF: <div style="text-align: center; padding: 10px;">COMODORO / MT</div>	ESCALA: <div style="text-align: center; padding: 10px;">1:950000</div>
DESENHO EM _____	CONFERIDO EM _____
DESENHO EM _____	CONFERIDO EM _____

JOSE DE SOUSA CASTRO
COORDENADOR DE CARTOGRAFIA

Márcia Santos Cardoso

JOSE ANTONIO DE SA
COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - CGOG / DPT

COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - CGOG / DPT



DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES - DPT

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES Nº: 1929496 / ANO: 2020

PROCESSO Nº		OFÍCIO DPT Nº	
08789.000298/2019-68		93/2020/DPT/FUNAI	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ:	
APARECIDA DA SILVA INÁCIO		933.711.602-20	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
AV. LILIANA GONZAGA, BELA VISTA		76.982-014	RO
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
LOTE 06 - GLEBA CORUMBIARA - SETOR 11 - SETOR URUCUMACUÃ	VILHENA	RO	2.134,2972
CARTÓRIO/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
2º OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - DE VILHENA		VILHENA	RONDÔNIA
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
37.484	02	FICHA -01	18/11/2016
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
ROGÉRIO MENON PIMENTEL		TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
7429TD/RO		8300037140	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa nº 03/PRES/2012, DECLARAMOS que foram respeitados os limites com os imóveis confinantes de propriedade da União e de posse permanente destinados a indígenas.

OBSERVAÇÕES:

1. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
2. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto desta declaração, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela Funai.
3. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
4. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição Federal: "São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé".

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor(a)

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 12 de fevereiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 29 - p. 11





Brasília, 12 de fevereiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 29 - p. 12

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES Nº: 1931879 / ANO: 2020

PROCESSO Nº		OFÍCIO DPT Nº	
08620.008314/2019-83		98/2020/DPT/FUNAI	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ:	
MARCOS VELLASCO CURADO		118.489.601-15	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
AV. T-01 Nº 2.280 - APTO 402 ED. SHALON SETOR BUENO, GOIÂNIA		74215-022	GO
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE INFORMADA (ha)
CARRETÃO E CARRETÃOZINHO	NOVA AMÉRICA	GO	193,6000
CARTÓRIO/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
RUBIATABA		NOVA AMÉRICA	GO
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
164	2-A	125	25/04/1978
885	2-C	118	08/06/1992
886	2-C	119	08/06/1992
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
REINALDO SALES LEONEL		TÉCNICO EM AGRIMENSURA	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
12140/TD-GO		1020180229705	
Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa nº 03/PRES/2012, DECLARAMOS que foram respeitados os limites com os imóveis confinantes de propriedade da União e de posse permanente destinados a indígenas.			
OBSERVAÇÕES:			
1. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.			
2. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto desta declaração, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela Funai.			
3. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.			
4. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição Federal: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.			

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor(a)

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 12 de fevereiro de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 29 - p. 13

